

# Brasília lembra centenário de seu grande defensor

CORREIO BRAZILIENSE

Jarbas Marques  
Especial para o CORREIO

Hoje, 14 de julho de 1993, marca o centenário de nascimento de Gelmires Reis, educador, genealogista, historiador e jornalista e que devotou 70, dos seus 90 anos de vida, a uma luta ininterrupta pela mudança da capital federal para o Planalto Central e pela construção de Brasília.

Para todos os pesquisadores e historiadores que pretendem escrever sobre os antecedentes da construção e transferência de Brasília como capital administrativa do Brasil, os mais de dez livros e nove mil artigos publicados na imprensa por Gelmires Reis, são a "base" da pré-história de nossa cidade e do Distrito Federal.

Quando faleceu em 11 de novembro de 1983, aos 90 anos de idade, era junto com Alceu Amoroso Lima — Tristão de Athaíde — os dois intelectuais brasileiros mais idosos e em pleno processo de criação intelectiva.

**A caminhada** — No dia 14 de julho de 1893, nascia Gelmires Reis em Luziânia, e nesse mesmo dia o engenheiro Luiz Cruls, à frente da Comissão Exploradora do Planalto Central, saía da fazenda "Mariano dos Casados", em Catalão, para Pirenópolis, onde iria iniciar a delimitação no Planalto Central do local para a transferência e a construção da capital federal, cumprindo assim a determinação da Primeira Constituição Republicana do Brasil.

A passagem de Luiz Cruls e de seus companheiros pelo Planalto Central ficou as bases sólidas do "Movimento Mudancista" na intelectualidade de Santa Luzia (Luziânia), que era à época o maior núcleo de autodidatas de Goiás e do Centro-Oeste brasileiro.

Em 1910, Gelmires Reis começou a trabalhar como aprendiz na



Gelmires no tombamento da pedra do quadrilátero Cruls

tipografia do semanário "O Planalto", editado, composto e impresso em Luziânia, sob a direção de Evangelino, Meireles e Plácido de Paiva e, paralelamente à condição de tipógrafo, passou a escrever notícias locais e a dirigir a seção charadística "Buchas".

Aos 20 anos de idade estréia como "rábula" no Júri da Comarca e em sua primeira atuação consegue absolver o réu Benedito Falcão. Datam dessa época, sob a liderança de Evangelino Meireles, as reuniões com o historiador, médico e político Americano do Brasil, para rearticular em nível estadual e nacional, o movimento pela mudança e transferência da capital federal.

O movimento pela mudança e pelo cumprimento da Constituição Federal de 1891, tinha esmecido no Parlamento Brasileiro em razão da hegemonia dos interesses litorâneos, ditados principalmente pelo que passou à história como "Política do café-com-leite", ou seja; São Paulo e Minas Gerais, e mantinha-se vivo apenas em Luziânia.

Americano do Brasil elege-se deputado federal e taticamente aproveita a aproximação do "Centenário da Independência"

para relançar no Parlamento o "Movimento Mudancista". Seu anteprojeto de lei é aprovado e no dia 7 de setembro de 1922, é lançada a "Pedra Fundamental da Futura Capital da República", em Planaltina. Gelmires Reis cobriu a solenidade na condição de jornalista para os jornais goianos, paulistas e cariocas, enviando as matérias pela rede telegráfica.

Em 1927 Gelmires elege-se Intendente Municipal (prefeito) de Santa Luzia e envia dois anteprojetos que a Câmara Municipal aprova e, em junho de 1928, transformou-se nas leis municipais nº 15 e 17, que autorizavam Gelmires Reis a criar o Serviço de Distribuição Gratuita de Lotes em Propaganda da Mudança da Capital Federal e o loteamento denominado "Planaltópolis" que hoje estaria localizado nas imediações dos Palácios da Alvorada e Planalto.

Com esta lei municipal, os mudancistas do "Grupo de Santa Luzia" tinha um instrumento legal de propaganda para o movimento.

Vem a Revolução de 1930, e Gelmires Reis é cassado como Intendente Municipal de Santa Luzia e os inimigos do Movimento Mudancista aproveitam-se da ocasião para iniciar uma perseguição política e policial contra ele. No início de 1931 ele foge com sua esposa e filhos para Vianópolis para evitar a perseguição política.

O interventor em Goiás, Pedro Ludovico, nomeia como interventor municipal o tenente Púlio de Souza e este, após investigar as denúncias, julga-as improcedentes e afirma que Gelmires Reis tinha não só competência para doar os lotes, como era legítimo o Movimento para Mudança da Capital para o Planalto Central, na área delimitada pela Missão Cruls.

Jarbas Marques é jornalista e gerente de Pesquisa do Arquivo Público do DF

## Grupo usou estratégia para mudar capital

Quando Getúlio Vargas deu o Golpe de Estado e retirou da Constituição o Artigo 3º da Constituição de 1891, que obrigava a transferência da Capital Federal para o Planalto Central, o "Grupo de Santa Luzia" mudou então de tática política e passou a lutar junto a Pedro Ludovico pela construção de Goiânia e pela transferência da capital da Cidade de Goyaz, com o objetivo estratégico de ela ser alternativa para sediar a futura capital federal.

Germano Roriz, Joaquim Gilberto, Benedito de Araújo Melo, Balthazar dos Reis, Simão Carneiro de Mendonça e Basileu Pires Leal multiplicaram suas ações na imprensa, nos meios literários e políticos de Goiás. Germano Roriz foi o primeiro a mudar-se com a família para a capital em construção, e a primeira criança a ser registrada em Goiânia foi o seu filho Goyani.

Veio a redemocratização e enquanto Gelmires Reis desdobrou sua ação na Associação Goiana de Imprensa, na Academia de Letras de Goiás e no Instituto Histórico,

o "Grupo de Santa Luzia" teve novamente espaço legal e político com a eleição de Benedito de Melo e Joaquim Gilberto para deputados constituintes na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Com esse espaço legal e político o "Grupo de Santa Luzia" e o Movimento Mudancista recolocaram na Constituição Federal o primado constitucional de 1891, que obrigava a mudança da capital federal.

Joaquim Gilberto e Benedito de Melo foram além e articularam entre os constituintes goianos um artigo na Constituição Estadual pelo qual o Estado de Goiás colava mais de 50 mil quilômetros à disposição do Governo Federal para desapropriar e construir a nova capital, numa área quatro vezes maior do que o Quadrilátero Cruls.

Em 1947, o marechal Eurico Gaspar Dutra, eleito presidente da República, cumpriu a Constituição e nomeou o general Djalma Polli Coelho para presidente da comissão — que posteriormente levou seu nome — e após

percorrer o Planalto Central em 1947 e 1948, referendou os estudos e a delimitação feita pela Comissão Cruls.

Gelmires Reis teve uma atuação brilhante junto à Comissão Polli Coelho, principalmente junto ao engenheiro-agronomo Antônio de Arruda Câmara e sua esposa, a cartógrafa Guiomar de Arruda Câmara, recebendo-os e hospedando-os em 1947 e 1948. Esta ajuda inestimável a Brasília, possibilitou que o relatório de Antônio de Arruda Câmara fosse peça decisiva para derrotar o "grupo mineiro" na "Comissão Polli Coelho", que pretendia instalar a capital federal nas proximidades de Ituiutaba, no Triângulo Mineiro.

Em 1956, além de fundar o jornal "Folha de Luziânia", como porta-voz da defesa da construção de Brasília, colaborou com Altamiro de Moura Pacheco e Segismundo de Melo na comissão que negociou as compras e as despropriações das terras para que Brasília fosse edificada.